



Octubre 2018 - ISSN: 2254-7630

**PAISAGENS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE MOJU:
DA MATA AO PASTO**

**RURAL LANDSCAPES AND PUBLIC POLICIES IN THE MUNICIPALITY OF
MOJU: FROM WOODS TO PASTURE**

**PAISAJES RURALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL MUNICÍPIO DE
MOJU: DE LA MATA AL PASTO.**

Mirian Maciel da Costa¹

Msc. em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação
em Geografia da UFPA.

mirianmacielc@hotmail.com

João Santos Nahum²

Docente da Faculdade de Geografia e Cartografia e do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA

E-mail: prof.joanahum@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Mirian Maciel da Costa y João Santos Nahum (2018): "Paisagens rurais e políticas públicas no município de Moju: da Mata ao Pasto", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (octubre 2018).

En línea

[//www.eumed.net/rev/caribe/2018/10/paisagens-rurais.html](http://www.eumed.net/rev/caribe/2018/10/paisagens-rurais.html)

Resumo:

O artigo enfoca a relação entre paisagens rurais e políticas públicas na Amazônia a partir de 1966, tendo como situação empírica o município de Moju, no estado do Pará. Desta maneira tem-se por objetivo demonstrar as mudanças ocorridas nas paisagens rurais, destaque na produção da palma de dendê que alterou de forma significativa a paisagem e tem direta relação com políticas estatais como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Para tanto baseamos a caracterização em análises cartográficas e de dados já existentes para demonstração do processo de mudança das atividades de subsistência até a alteração de áreas a necessidade da atividade pastoril, o que leva a compreensão de como se deram as produções a partir de então.

Palavras-Chave: Paisagem, Moju, Política, Rural, Amazônia

Abstract:

¹ Graduada em Geografia pela UFPA. Mestre em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará.

² Doutor em Geografia pela Unesp-Rio Claro. Docente na Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

The paper focuses on the relation between rural landscapes and public policies in the Amazon since 1966, using as empirical setting the municipality of Moju in the state of Pará, Brazil. The aim was to show the changes that have taken place in rural landscapes, particularly in oil palm production, which has significantly changed the landscape and is directly linked to state policies such as the National Program for Biodiesel Production and Use. To that end, we based the characterization on cartographic analyses and on existing data to show the change process from subsistence activities to alterations in areas and need for herding activities, which enabled understanding how production has occurred ever since.

Keywords: Landscape, Moju, Policy, Rural, Amazon.

Resumen :

El artículo plantea la relación entre paisajes rurales y políticas públicas en la Amazonía a partir de 1966, teniendo como situación empírica el municipio de Moju, en el estado del Pará. De esta manera para el objetivo de la demostración de los cambios en los paisajes rurales, la producción de la palma de dendê que cambió de forma significativa el paisaje rural y tiene directa relación con las políticas estatales como el Programa Nacional de Producto y Uso de Biodiesel. Para obtener información básica sobre el análisis de cartografía y de datos para la demostración de los procesos de mudanza, de las actividades de subsistencia hasta la alteración de las áreas que necesitan de la actividad pastoral, lo que lleva a la comprensión de cómo serán las producciones a partir de este emplazamiento.

Palabras-Claves: Paisaje, Moju, Política, Rural, Amazonas.

Introdução

Compreender a formação do espaço rural amazônico passa por considerar a atuação de políticas públicas, principalmente a partir da segunda metade da década de 1960. Políticas agrupadas no que em 1966 se denominou Operação Amazônica a qual visava à integração regional desconsiderando-se as especificidades locais e valendo-se da ação autoritária para alcançar os fins desejados. Desse modo, a dinâmica do capital adensa-se na região por meio de empreendimentos agrícolas, pecuários, grandes projetos de exploração mineral, florestal e hidroelétrico, dentre outros tantos, marcando o arranjo espacial da Amazônia paraense.

Tendo como situação empírica o município de Moju demonstramos que as paisagens rurais deste lugar não podem ser compreendidas sem considerar sua relação com as políticas executadas, destacando o advento da pecuária, a qual possui ampla influência nas análises das mudanças no uso do solo, assim como as relações sociais e econômicas a partir de então. Assim consideramos os dados sobre a atuação pastoril na região e em espacial na área de estudo consistindo na realização deste artigo com ênfase nas mudanças da mata ao pasto.

Enfocamos a relação ente paisagens rurais e políticas públicas a partir do golpe militar de 1964, o que nos leva a pensar sobre as políticas que se fizeram presentes e como estas impulsionaram mudanças na paisagem, pois conhecer a Amazônia vai além do discurso de integração nacional, ou melhor, as alterações não se dão somente em nível de nação por tê-la fazendo parte da economia, mas muitas precisam ser reconhecidas principalmente na relação existente entre tempo e espaço. De tal maneira o que se entende é “que a atuação da ditadura faz-se na agricultura, caracterizada como processo de dinamização da grande propriedade, da sua transformação em empresa capitalista moderna, tecnificada” (COSTA, 1998, p19), continuando mesmo após sua queda.

Costa (2000) declara que no estado do Pará existem três estruturas componentes da reprodução do agrário: a unidade de produção camponesa, a fazenda e a grande empresa latifundiária. Estas constituíram embates econômicos e sociais, no que se refere à produção agrícola, movimentando a fronteira e enfatizando a terra como suporte e fonte das riquezas até então obtidas. A partir desta consideração nasce a inquietação de saber o quanto a paisagem é modificada, sobretudo como a floresta cede espaço para pastos, baseando a relação entre paisagem e política que atuam diretamente na região Amazônica e que formas diferentes se observam em variadas áreas, demonstrando trajetórias de paisagem e política em correlação.

No arranjo espacial as metamorfoses na paisagem podem ser identificadas considerando-se a presença dos sistemas técnicos. Tendo isso como pressuposto, discorreremos sobre as relações entre paisagem e ações políticas tendo como situação empírica o município de Moju, com o propósito de mostrar que as metamorfoses na paisagem expressam a trajetória das políticas no lugar.

1. As políticas na região Amazônia no pós-1964.

Pensar a ação política na região, principalmente a partir da Operação Amazônica, requer uma minuciosa análise de elaborações teórico-conceituais e dos debates já propostos. Quintslr, Bohrer e Irving (2011), consideram que vários são os discursos explorados na introdução de políticas de incentivo na região, entre eles o discurso desenvolvimentista, que visa elaborar meios de integrar sociedade e natureza na busca por melhorias econômicas, sociais e ambientais de diversas áreas.

As técnicas se dispõem como elementos construtores e modificadores do espaço; contribuindo para o progresso e alterando territórios as quais são inseridas, dando margem nesta concepção para um estudo da paisagem vista com base nas técnicas e interpretadas com o auxílio de tecnologias amplas para a observação de mudanças no tempo delimitado.

De tal maneira os empreendimentos inseridos na Amazônia decorrem de incentivos fiscais governamentais a partir da década de 1960. Tendo o estado do Pará atraído grande parte destes, formou junto do Mato Grosso uma extensa relação entre o governo como agente possuidor de grande poder, e as empresas privadas, sendo estas nacionais ou internacionais (IANNI, 1979).

Apoiados em heranças ligadas a diminuição da fronteira agrícola referentes à produção camponesa, cria-se o imaginário de um novo cenário econômico e desenvolvimentista na região, partindo de políticas de incentivo e de crédito, que garantem as empresas e aos pequenos produtores seus espaços de atuação, mas com disparidade entre a distribuição e a atribuição de força às empresas. Com relação às chamadas políticas de incentivos fiscais, enfatizamos que a SUDAM marca sua atuação em grande parte do processo de desenvolvimento regional. “Até dezembro de 1985, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, havia aprovado incentivos fiscais no montante de US\$ 3.928 milhões para 959 empresas, das quais 584 agropecuárias e 44 agroindustriais”(COSTA, 2000, p.13). As empresas agropecuárias foram contempladas com incentivos da ordem de US\$ 632,2 milhões, tendo sido colocados à disposição de cada empresa, em média, US\$ 1,2 milhões, sendo que na agroindústria alocaram-se US\$ 215,4 milhões.

Nesse momento destacam-se vários projetos destinados a agropecuária. Porém, essa atuação conduz a maior desigualdade na divisão das áreas, ou seja, a terra se limita a poucos, aumentando conflitos na região, e confirmando os setores industriais como importantes possuidores de poder diante do quadro que se instaura.

Intensificaram-se ações através dos incentivos aos projetos, causando provável impacto em áreas rurais, ao associarmos o setor agropecuário e agroindustrial no cerne das discussões. Onde por mais que não se tenham imagens de sensores remotos na época, os dados numéricos de projetos e verbas destinadas, esclarecem o quanto são impactadas, fortificando a atuação do capitalismo na região e as mudanças na paisagem destas áreas.

Tabela 1: Incentivos liberados pela SUDAM 1965-1977

Unidade Política	Nº de projetos	Setor agropecuário	Setor industrial	Setor agroindustrial	Total/ Cr\$ 1,00
Mato Grosso	205	1.777.676.037	225.843.590	21.450.000	2.024.969.627
Pará	190	747.681.176	815.297.265	34.797.872	1.597.776.313
Total	395	2.525.357.213	1.041.140.855	56.247.872	3.622.745.940

Fonte: Adaptada pelos autores de IANNI, 1979.

Gomes e Vergolino (1997) discorrem sobre a ação do Banco da Amazônia ligado à SUDAM, acompanhados da consolidação de recursos e ampliação dos eixos rodoviários, componentes do surgimento de polos econômicos, ligados diretamente aos que se destacam no quadro. Da mesma forma que ocorrem tais mudanças no uso do solo, o modo de vida também sofre alterações, impulsionando mudanças na vivência dos povos tradicionais ameaçados pela pecuária em ascensão, entendendo as atividades preexistentes como aquelas que serão remodeladas por novos atores ao transformar a terra em que vivem, plantam e existem, em mercadoria.

Em função da priorização dos grandes projetos, os investimentos em crédito para a agricultura camponesa despencam após os anos 1980. Neste período temos ainda fatos relacionados às políticas estatais, que se organizam mediante programas e projetos que podem ser observados nas análises de dados do senso agropecuário. Tais dados são instrumentos para se conhecer a realidade, e assim investir no local, do mesmo modo que na consciência ambiental, preocupando-se também com a produção de alimentos, já nos levando a um caminhar para a década de 1990 marcada por inovações regionais, através de políticas nacionais como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), destinado aos projetos exercidos nesta região do Brasil.

Considera-se que o espaço é modificado por uma diversidade de ações. Para tanto desde seu ponto inicial de análise, no meio natural, perpassando por inserção de técnicas e tecnologias, constituem-se processos produtivos evidenciados em políticas e programas, mas

também na vivência das pequenas comunidades. Desta forma, Santos.M (2014b, p.31) pondera em visão ampla que,

A função da forma espacial depende da redistribuição- a cada momento histórico, sobre o espaço total- da totalidade das funções que uma formação social é chamada a realizar. Esta redistribuição- re-localização deve tanto as heranças, notadamente o espaço organizado, como ao atual, ao presente, representado pela ação do modo de produção ou de um dos seus momentos.

Em linhas gerais, aqui se exemplificam meios de produção em ação no local, no qual podemos relacionar as transformações que se dão no espaço através da análise da paisagem em construção temporal, associando categorias geográficas em complemento. As ações estatais e as políticas, por conseguinte corroboram para mudanças visíveis no recorte em análise, bem como, se mostram na formação dos latifúndios, na ação de indústrias e agroindústrias, na pecuária, agricultura em larga escala, por meio de créditos e incentivos em cada momento da expansão.

Os municípios então podem ser considerados lugares de aproximação com o real em constante revelação dos elementos que o constituem e estão presentes em escalas maiores também ali evidenciados, onde o poder político se integra em prol de um discurso desenvolvimentista e organizacional. Para tanto, existe a busca por estratégias eficientes a prosperidade, no qual se considera que “a política econômica neoliberal acentua os impactos sobre o emprego, a renda e as condições de vida nos municípios. Os municípios, até então alheios às questões econômicas, vêm-se pressionados a realizar programas de geração de renda e emprego” (TEIXEIRA, 2002, p 7);

Nesse contexto a visão suprema do crescimento se deu em fases vistas a partir do objetivo maior que seria a integração nacional da região, tal qual o desenvolvimento das áreas mais remotas de atuação regional, segundo a instituição dos PDA's (Planos de Desenvolvimento da Amazônia), podendo ser a causa de impactos diretos na avaliação local das ações políticas, onde municípios se destacam em produção, fronteira agrícola, melhoramento energético; isto quer dizer que, a partir de então se fixam os grandes projetos regionais que recriam a região “quer como fronteira agrícola I PDA-1972-75, quer como fronteira agro mineral II PDA-1975-79, ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA- 1992-95 e PDA-1994-97” (NAHUM, 2012, p 2).

Os discursos anunciam Planos sobre a melhoria do avanço econômico e social local, visando a integração com base na observação da Amazônia em descoberta e aproveitamento de suas potencialidades. É então, que o PIB (Produto Interno Bruto) da região norte se sobressai ao do próprio país (GOMES e VERGOLINO,1997) verificado a partir da aceleração do crescimento econômico como reflexo da política estatal, caracterizando novas paisagens.

A tabela 2 demonstra que internamente as ações são transformadoras, não só a nível nacional vinculadas aos planos de desenvolvimento advindos de um sistema maior, mas também com os que são disponíveis em escala regional, fundamentando a economia por meio de atividades diversificadas da formação social. Taxas Médias Anuais de Crescimento e índices de instabilidade dos Setores Econômicos Integrantes do Produto Interno Bruto Real-1970/1994.

Tabela 2: Brasil e Norte do Brasil

País/Região	Produto	Taxa média anual de crescimento (%)	Índice de Instabilidade
Brasil	Agropecuário	3,6	212
Norte	Agropecuário	6,9	84
Brasil	Industrial	4,0	379
Norte	Industrial	9,4	321
Brasil	Comércio	-0,9	785
Norte	Comércio	0,9	909
Brasil	Intermediação Financeira	7,4	288
Norte	Intermediação Financeira	4,7	390
Brasil	Transportes e Comunicações	3,6	197
Norte	Transportes e Comunicações	2,6	519
Brasil	Governo	4,3	90
Norte	Governo	7,4	129
Brasil	Aluguéis	3,8	678

Norte	Aluguéis	8,2	321
Brasil	Outros	6,0	23
Norte	Outros	9,4	28

Fonte: Gomes e Vergolino, 1997. Adaptado pelos autores.

Antes dos PDA's indústrias atuam na região e o capitalismo se manifesta com força nos planos nacionais de integração. Por meio destes implantam-se projetos de exploração dos recursos hídricos, hidroelétricos e minerais associados aos modernos sistemas técnicos. No entanto, hoje, temos outras, além das empresas agropecuárias e agrominerais citadas em tal período de inserção dos grandes projetos; podemos enfatizar então atualmente o agronegócio, que se aponta na temporalidade em construção, por sua característica de ampliação política e econômica regional.

Isso nos convém mencionar, para que se possa pensar na relação das técnicas que se apresentam mais concretas a partir de incentivos como os inseridos nas diversas fases dos PDA's (NAHUM 2012, p 3), partindo da busca pelo crescimento exacerbado "sem limites", como já antes citado, até a chegada do chamado desenvolvimento sustentável, o qual ainda está envolto de debates positivos e negativos sobre sua existência.

No entanto, podemos considerar que as alterações estruturais na paisagem não se dão somente por parte da natureza a seu tempo pré-disposto, mas em direta relação com políticas, programas e ações sociais na diversidade dos períodos estabelecidos, construindo a consciência da relação homem-natureza que se edifica continuamente, não sendo a natureza externa a realidade social, ou vice-versa, pois uma age sobre a outra e em relação com a outra.

O desenvolvimento buscado abarca diversas realidades e atores que se propõem a constituir as formas espaciais através dos variados objetivos, dentre eles instituir a técnica e propagar tecnologia, com premissa nos estudos e informações, construindo no meio físico, objetos que nos levam a identificar que tipo de ações se deram através no trabalho e nas políticas.

Desta forma na progressão histórica de planos de desenvolvimento na Amazônia houve aquela em que a integração foi o principal objetivo, estimulando a relação física entre outras regiões e estados, mas também ou até principalmente a interação econômica, sinônimo de grandeza diante da ação governamental, além de associar ao crescimento populacional, com pessoas advindas de outros lugares substituindo o discurso de vazio demográfico. Em consonância outro momento destacado, se dá a partir na alteração dos modelos de produção, com o aumento no índice de produtividade, consolidando as relações do homem com o espaço e do mesmo sobre este, vinculado as transformações até então ocorridas.

Cardoso; Müller (2008) discorrem sobre quatro devassamentos de grande impacto para a formação econômica regional, bem como para a amostragem teórica de mudanças na paisagem, ou seja, mudanças econômicas, políticas, sociais, estruturais e ambientais. O primeiro momento refere-se à floresta tropical relacionada diretamente as drogas do sertão e a expedições europeias, o segundo se trata da exploração do látex para grande produção de borracha no mundo, onde extensas áreas de terra foram base ao cultivo de seringueiras. Estes dois momentos completam-se ao terceiro, onde se consagra a fixação de frentes pioneiras agropecuárias e minerais, fazendo-se até o presente momento alvo de estudos e influências econômicas; finalizando a análise dos autores sobre o assunto chega-se ao quarto momento, onde os incentivos fiscais emergem correlacionados a empresas privadas, tal qual a construção de rodovias em vários pontos do estado, em exemplo a transamazônica, demonstrando diretamente a questão política do território e de organização da sociedade.

A questão aqui identificada sobre momentos que historicamente demonstram os caminhos da região, implica sobre a tamanha atenção à natureza, definindo-a como mantenedora da maior parte das ações, com seus elementos chave para adentrar a economia, firmando as explorações que assim se seguiam até os momentos atuais. Dito isto, algumas situações se sobressaem e elevam as mudanças que podem ser caracterizadas, por terem a capacidade de estar inseridas em vários lugares, com intensidades diferentes, mas sempre causando interesses aos olhares.

A integração em um processo político estatal se dá também na relação territorial, ou seja, nas ligações realizadas entre capitais, através da construção de estradas e portos, tendo como principal objetivo o desenvolvimento econômico regional. Para Castro

(2010) a integração, nessa perspectiva, é vista pela infraestrutura, por obras da engenharia de transporte que tiveram certamente eficácia no avanço da fronteira agrícola e econômica. É o caso da rodovia Belém-Brasília, que atravessa territórios do estado do Pará, Maranhão, Tocantins e Goiás e cruza a rodovia transamazônica, ligando outros estados do Norte-Rodônia, Acre e Mato Grosso- às regiões do Nordeste, Sul e Sudeste do País. Colonização, estradas e grandes projetos, constituem elementos do pilar da política de integração nacional.

Os discursos progressistas da nação são fundamentados em grandes obras de infraestrutura, que também se disponibilizavam entre outras funções a suprir a necessidade produtiva, relacionar mercados, povoar áreas que se mostravam vazias e consagrar assim a região na riqueza de suas matérias-primas, alvo de empresas e projetos do governo. A dinâmica regional amazônica altera-se a partir de tal período, entre fatos que movimentaram terras, populações, produções, entre outras ações internas. Tempos em que a democracia parecia emergir em um turbilhão de acontecimentos, o que se sentia no meio geográfico, como efeitos de grandes intervenções.

Salienta-se às rodovias como produto de intervenção do estado, o que chama atenção aos olhares, como elemento para formação e expansão territorial, podendo conectar sociedades, economias, culturas, modos de vida. Não acontecendo diferente com as construídas em outras áreas desta região. Sua importância é contemplada pelos muitos elementos e nas diferentes épocas em que foram construídas (Cardoso; Muller 2008).

Consideradas princípios estruturadores da paisagem e geradoras de impactos no espaço as rodovias podem ser alvo de discussões em âmbito socioambiental, onde além de se ter a positividade da acessibilidade e deslocamentos de forma mais rápida, irão por outro lado, degradar a natureza e modos de vida, por isso a relação do social com o ambiental. De tal maneira, compreende-se que todo e qualquer empreendimento que de forma considerável impacta o meio ao qual se insere, deve ser examinado e debatido por todos os que estarão introduzidos no processo, levando a necessidade de estudos e avaliações de impactos ambientais já formalizadas em leis (LIMA; WARRIS; FRADE, 2008).

A interação entre economia, políticas estatais e às modificações físicas e sociais no espaço, se articulará em um processo de entrada e saída de elementos no espaço Amazônico. Desta maneira, aproximando-se a escala, as relações comerciais evidenciadas após a construção das rodovias se darão diferentemente do período inicial. De acordo com Gomes e Vergolino (1997) com a construção da Belém-Brasília e da Pará- Maranhão, as grandes casas atacadistas de Belém deixaram de intermediar as vendas de produtos originários do sudeste, os quais entravam na região pelo porto de Belém, e a comercialização passou a ser feita diretamente com as fontes produtoras.

Desde o início, a capital do Pará, foi considerada o polo central para as relações comerciais, ou seja, produtos entravam de outros estados através de seus portos, da mesma forma que os pequenos centros recorriam a Belém para realizar transações e interações econômicas; dados que se modificam com a ascensão das estradas, em direta relação de escoamento e entrada da produção, tanto quanto, o intercâmbio com outras áreas do estado, da região e até mesmo do país, causados por um efeito de fracionamento do espaço regional (GOMES, VERGOLINO, 1997).

Diante do fracionamento citado, há a partir de então a distribuição das atividades nos muitos municípios do estado, influenciados diretamente pela atuação das rodovias como trunfo da política de integração. Rocha (2015) aponta que na microrregião de Tomé Açu, onde está inserido o município em estudo nesta pesquisa, encontra-se a rodovia estadual PA 475, recortando os territórios municipais de Acará, Moju e Tailândia, considerada principal via de atendimento as comunidades em seu entorno, elemento primordial ao avanço do capital, pois como antes enunciado, demos importância ao reconhecimento das modificações do espaço através da paisagem, e estas são estimáveis reflexos de tais ações, desta maneira entendemos que possuem não somente influência na infraestrutura, mas na propagação de empresas, perda da vegetação e aumento do fluxo de pessoas e mercadorias. O mesmo autor confirma as ideias antes descritas, ao dizer que “a presença da rodovia tem muito significado na formação dos municípios, pois os registros sobre a construção antecedem a época dessas questões limítrofes e emancipações dos municípios estudados” (ROCHA, 2015, p 40).

As principais rodovias presentes no Moju, além da estrutura rodoviária são ligadas a estradas e ramais, responsáveis pelo movimento no interior das áreas de produção e pelo deslocamento de pessoas e produtos, elucidadas na formação da paisagem rural. As rodovias e vicinais a elas interligadas permitem ao grande e pequeno produtor a facilidade e flexibilidade de alcançar outros municípios, principalmente quando se trata da seguridade do fluxo

produtivo, pois em uma política de planejamento do território diretamente relacionada a culturas como coco e dendê, estradas são construídas como elementos benéficos ao meio.

Em destaque as rodovias PA 475, PA 252 e PA 151, cada uma interligando as fronteiras municipais.. A primeira tratada como PA 150 em alguns trechos e 475 quando recorta o município de Moju, foi construída antes mesmo da divisão dos municípios que hoje fazem limites com o mesmo, na década de 1970. Já a segunda PA-252, rodovia estadual que liga Moju ao município de Acará, pavimentada entre as décadas de 1996 a 2000 tem seu acesso relacionado às características de escoamento e ligação com a economia. A 151 possui direta relação com os municípios de Barcarena, Abaetetuba, Acará, entre outros que se associam também como partes da facilitação de escoamento de produtos e circulação de pessoas, sendo de maneira geral a exemplo dessas rodovias em destaque as mudanças ocorridas nos modos de vida e no tempo do capital que a partir de então atua diretamente sob os personagens do processo social.

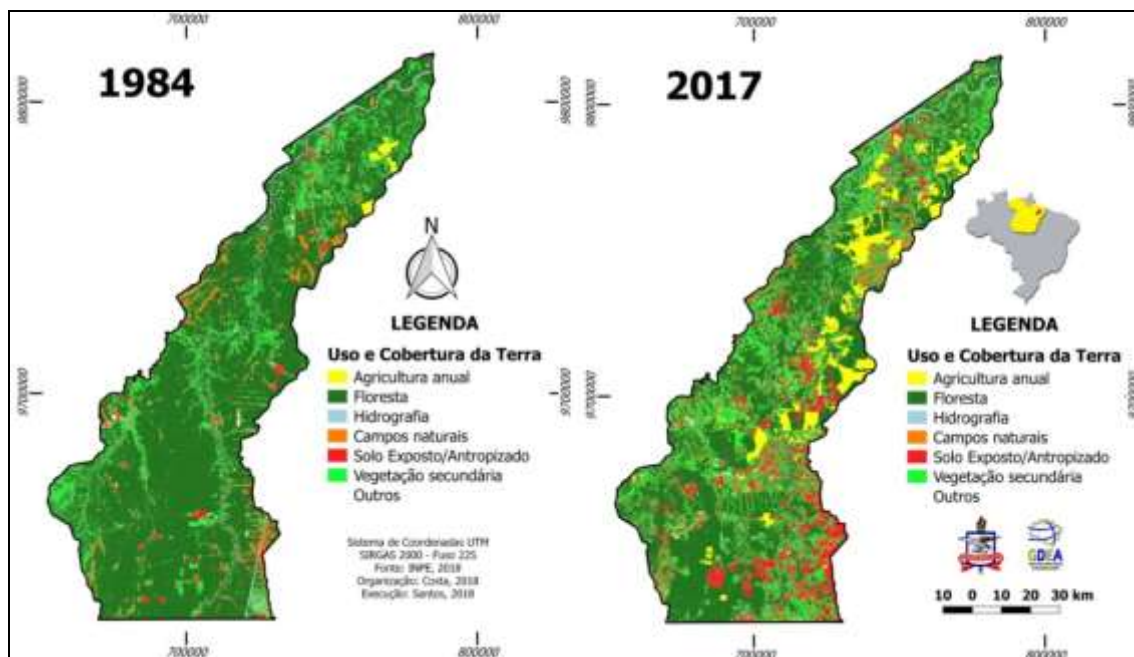
Dentre as justificativas para as mudanças em várias áreas da região, encontramos o aumento da população, que diante do quadro político e econômico, buscaram melhores condições de vida através de empregos que chegaram junto com o crescimento alavancado no Estado; por isso “como solução para a diminuição das tensões sociais existentes na área, decidiu-se a abertura de estradas na Amazônia, com aproveitamento da mão de obra nordestina e sua subsequente fixação ao longo destas rodovias” (CARDOSO e MÜLLER, 2008, p 95).

As atividades produtivas regionais são modificadas; onde havia floresta densa vê-se pastagem, plantações, estradas, habitações, tudo antecedido pela exploração do potencial madeireiro, ou seja, um crescimento de clareiras, áreas não florestadas, derrubadas da mata antes existida. O que nos mostra de acordo com o documento 229 da EMBRAPA (2006, p 16) é que “com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1957, e a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, além do Projeto de Integração Nacional (PIN), em 1970, houve uma extraordinária expansão da pecuária paraense”, dando condições ao aumento e subsistência das pastagens como atividade de grande porte na região.

O contingente populacional altera a forma de se viver na Amazônia, trazendo novos costumes, saberes, modos de vida, mas acima de tudo ajudando a construir os elementos reconhecidos na região como sendo marcos em seu processo de crescimento, como as estradas e rodovias que impactam cada recorte da região.

2. Alterações na paisagem

A figura abaixo ilustra o uso do solo num intervalo entre 1984 a 2017, enfatizando a terra como palco de ações, que tem aumento significativo, primordialmente com base no cultivo de palma de dendê na agricultura anual, contando com heranças encontradas na paisagem a partir de atividades realizadas em períodos anteriores, como o exemplo da atuação forte do pasto na região.



Fonte: Organizado pelos autores.

Na Amazônia o processo de expansão se deu em várias composições, que se destacam nas formas de uso do solo e dos produtos que compõem a natureza da área, na distribuição das mesmas por comunidades e agentes inseridos no processo, tanto quanto as formas de trabalho que são incluídas a cada ciclo, em específico da mata até chegada do pasto, principalmente na base das fronteiras agrícolas.

A mudança na questão de uso da terra para com a agropecuária se deu principalmente a partir dos anos 1960, década de ascensão desse tipo de política agrária, notada de incentivos fiscais, técnicas que deram suporte ao aumento da produtividade e ao assalariamento como relação de base do trabalho modificando as formas sociais já vividas, características que visam garantir o movimento das rendas, a ampliação do mercado, tanto quanto a concentração das estruturas industriais e agrícolas por empresas privadas e estatais (COSTA, 1998).

Nesse contexto, há o encontro dos subsídios que compõem a discussão sobre os conhecimentos da floresta, como a mata e suas riquezas sociais e naturais, que são (re) significados ou até mesmo eliminados dependendo das políticas executadas, onde de acordo com os “PDAs, a natureza é representada como estoque de recursos a serem utilizados por agentes ligados a vários setores da sociedade civil e política” (NAHUM, 2012, p 4), garantindo-nos o entendimento da visão obtida da floresta como recurso ao progresso do país, principalmente no que se refere a economia.

A agricultura, fonte do trabalho realizado no meio natural antes da atuação das grandes empresas e da agropecuária, formava a fronteira agrícola baseada na organização familiar, sendo o conhecimento coletivo e seus modos de vida condizentes com a realidade da floresta, todavia, esta após o processo de integração e conhecimento se faz em muitas outras frentes, entre elas a própria indústria.

Destacamos como atividade atual o chamado sistema de integração, realizado primeiramente nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde agricultores familiares são inseridos ao sistema produtivo, colaborando para o crescimento econômico através da produção; elucidando o novo arranjo da fronteira agrícola amazônica ao fomentar a relação entre os pequenos produtores e as notáveis empresas.

Ao associar a história econômica com a de trabalho na região, conseguiremos enxergar o mosaico espacial, este potencializa atividades voltadas ao uso de seus recursos tanto florestais, quanto sociais. Como exemplo destaca-se o período da borracha, um dos primeiros momentos econômicos da história regional, que demonstra a intensa relação com a natureza e evidencia a forte produção de látex, sendo por muito tempo um recurso base passou por fases ascendência e decadência, até dar lugar a outras funções hoje exercidas.

Por conseguinte, entre outros, tem-se a exploração mineral e energética, evidenciada por projetos de desenvolvimento, inseridos em muitos municípios desta região, que também

passaram a explorar riquezas, que até então se faziam um tanto que desconhecidas. Posto que, dentro da Amazônia podemos encontrar muitas “Amazônias” e coma elas muitas riquezas a serem descobertas.

À vista disso, aparece-nos a discussão da fronteira agrícola e da criação de gado na destruição de florestas ou reutilização de áreas degradadas para a institucionalização de fazendas, convertendo-as em áreas cultiváveis das monoculturas que aqui adentram o cenário e constituem novas paisagens.

As alterações na paisagem se dão nesse período impulsionadas pela introdução de fatores como: a abertura de rodovias, ferrovias, áreas de agricultura e pecuária, relacionadas à extensão de fronteiras agrícolas, o incentivo a atividade mineradora, de indústrias entre outras situações. De tal maneira, tendo uma ampla visão do encontrado na Amazônia a partir de então, incide o aumento populacional baseado na busca por melhores condições de vida e empregos nas áreas e obras em destaque.

Como um fenômeno na região, a mudança da mata ao pasto acontece por meio de atitudes voltadas a desenvolver o potencial da terra em uso, que, no entanto, não se importa com os males vindos com a derrubada daquela que é considerada a maior riqueza, sua floresta, à que daria um grande aproveitamento econômico aos que a explorassem, mas no caso aqui exposto, esse lucro não se dá somente pela floresta em sí, mas também por sua derrubada, pois suas terras seriam utilizadas para fins como as pastagens e a agricultura.

A agropecuária, na presença do pasto e das mudanças do meio natural para o meio técnico, é evidenciada como uma das principais atividades da região desde o início de suas políticas, mesmo anteriores aos incentivos da SUDAM, mas alcança a partir das ações desta superintendência diversas áreas e altos investimentos, abarcando grande parte das terras destinadas aos projetos, que por sinal são vastas extensões, latifúndios e fazendas destinadas aos mesmos, associando a modernidade “à destruição do latifúndio improdutivo” (COSTA 1998, p 18).

Sendo assim evidenciada, a agropecuária encontra no estado do Pará sua expansão, dotado de estratégias para reprodução, que se alavanca entre o final do século XX ao início do século XXI, baseada principalmente nos projetos aprovados pela SUDAM em 1985, possuindo no ano de 2003 o maior rebanho do circuito Norte-Nordeste (LÁU, 2006).

De tal maneira, em números se destaca aqui o sudeste do estado como importante eixo de desenvolvimento deste tipo de cultura econômica com 64% de criação bovina, o que deixa aos outros menos de 50% de sua distribuição. Entretanto, com ênfase a mesorregião do nordeste paraense, por ser onde fixamos hoje nossos estudos de mudança na paisagem e políticas estatais, tem-se nesse período a atuação de 7% do total o que nos leva a procura de o quanto se faz no município em estudo, porém o mais importante é que identifica as variações de produção, onde o Pará também exerce essa atividade, onde se destaca os dois lados da moeda, no primeiro encontra-se o desenvolvimento regional e de outros problemas ambientais, constituindo essa cultura, como exemplo o desmatamento.

Mudanças então se mostram, quando as facilidades do acesso à terra por grandes empresas e a consolidação da pecuária e agricultura em larga escala são incentivadas desde o início da produção. No entanto esta é uma questão a ser analisada, pois a dinâmica de uso e distribuição da terra nas áreas de atuação de projetos é realizada de maneira a não haver distribuição igualitária, revelando a forte presença do capitalismo que se estende a todas as partes do país, associando esta realidade às grandes empresas privadas e ações governamentais que cada vez mais se fortalecem acentuando a concentração da propriedade fundiária, considerada marco histórico dessa região.

Após a primeira fase de reconhecimento da área durante o I PND e dos projetos aprovados pela SUDAM entre 1965 e 1977, temos a notável força da presença do capital, o qual fortemente realiza planos de incentivo para a agropecuária, a agroindústria e os minérios, deixando marcas, principalmente quando a mata passa a ser transformada em pasto formando o discurso de uma estrutura econômica mais rentável. Baseado nos censos agropecuários de 1980 e 1985 discorre Costa (2000b, p143) que.

Entre 1980 e 1985, o valor da produção agrícola da Região Norte cresceu a uma taxa geométrica de 5,7% a.a. O valor da produção pecuária cresceu a uma taxa ainda mais elevada, de 6,2% a.a. de modo que, no conjunto, a agropecuária cresceu a uma taxa de 5,8% a.a. O valor da produção extrativa desenvolveu-se a uma taxa negativa de -4,8% a.a. No total, o valor das produções animal e vegetal, cresceu a 4% a.a. no período (COSTA, 2000b, p143)

Caso pudéssemos enxergar as divisões de terra do período em que são instalados os projetos de colonização e crescimento no viés do capitalismo, encontraríamos grandes extensões, que estariam em posse de fazendeiros, grileiros e empresários que as transformavam em suporte ao crescimento da agropecuária, atividade esta que se faz fortificada cada vez mais por ações governamentais. O comprometimento então se dava por tentar inserir tecnologias de indústrias no campo, partindo da apropriação da terra e dos recursos naturais tão presentes na Amazônia.

Nesse sentido mudam-se as maneiras de produzir, pois são alteradas as estruturas de organização o espaço, não se restringindo ao trabalho camponês, no que se refere a subsistência e relação familiar. Em contrapartida, há a expansão dos pontos de produção e reprodução do capital, com a presença das grandes empresas nos vastos latifúndios a elas concedidos, estimulando o sentido capitalista de propriedade da terra, gerindo a região da maneira que lhes convém, ou seja, o poder em mãos, tanto econômico quanto político (COSTA, 2000b).

Contudo, essa realidade apresenta uma região que se transforma em foco de olhares para com sua relação com outras, constituinte de profundas atuações em suas áreas de terra, direcionadas por e para a economia, ligadas ao meio natural e a sociedade, desenhando a visão de progresso discursada pelos quatro cantos, associando políticas estatais às mudanças na paisagem rural.

O meio natural é convertido em meio técnico reiterando a representação de natureza como fornecedora de matérias-primas e recursos disponíveis aos que dela necessitam, seja a sociedade ou o governo e as empresas privadas, esta passa a ser colocada como elemento de interesse no âmbito dos programas e projetos envolvidos com o progresso buscado.

Santos.C (2015) pontua que tanto quanto outros municípios, Moju abarca diversas atividades, dentre as quais podemos vincular as modificações ocorridas no espaço através da interação sociedade e natureza, refletindo o paisagem e demonstrando que,

Dentre as atividades econômicas produtivas desenvolvidas no município de Moju, por empresas ou empresários individuais, temos atividades madeireiras (extração e beneficiamento), extração de seixo; extrativismo de seringa, no Projeto Seringa no Alto rio Moju; monocultura de coco, localizado na SOCOCO; monocultura de dendê do Grupo Agropalma, Marborges, Belém Bioenergia e Biopalma na PA-150 e PA-252; e pecuária bovina e bubalina às margens das rodovias PA-150 e PA-252 (SANTOS. C, 2015, p21)

As características aqui elencadas constituem a variedade de atividades sobre a terra, que podem ser identificadas, onde se acrescenta além das aqui descritas, a presença da agricultura em pequenas propriedades, por agricultores familiares que são inseridos e consolidados a produção da cultura de dendê, fortalecendo a atuação desse tipo de cultivo.

Em escala municipal as culturas de produção se expandem rapidamente, desta maneira encontramos pontos de destaque na agricultura, solo exposto antropizado e floresta primária ou secundária, elementos que demonstram mudanças ocorridas no decorrer do tempo.

3. Conclusão

A região em destaque nesta pesquisa possui diversas riquezas, entre elas a atuação de programas governamentais que nascem no seio de políticas nacionais atuantes em diferentes áreas do país. Todavia como exemplo, elencamos aqui o município de Moju na região Amazônica, analisando como tais políticas tem o poder em mãos para atuar nos territórios modificando a paisagem.

Técnicas, desenvolvimento, paisagem, poder e política, são palavras que unidas caracterizam momentos da história da região, acompanhado a evolução das constantes mudanças. De tal modo, este artigo considera a relação entre tempo e espaço que juntas provocam a reflexão quantitativa e qualitativa de políticas que se demonstram em paisagens modificadas e criadas ao longo dos anos.

A paisagem aqui elencada em Moju caracteriza um período da história em que a região de se faz palco em movimento de programas e projetos que inseridos alteram toda uma rotina e modos de vida, além de poder ser enxergado sob a ótica de imagens de satélite que demonstram paisagens alteradas, os dando o reconhecimento do quanto paisagem e política se fazem presentes e relacionadas na análise geográfica aqui disposta.

Neste viés compreendemos que os Planos Nacionais de Desenvolvimento, abarcando uma escala maior, em nível de outras regiões do Brasil, atuam fortemente na realidade pesquisada, através da inserção de programas e órgãos que possuem significativa influência na dinamização das atividades produtivas, concessão de créditos das agências destinadas a esse fim; divisão, venda e doação de terras, entre outras situações baseadas na interação do poder público em consonância com a atuação de empresas privadas, influenciando economicamente, política, social e culturalmente a sociedade que habita a região, formando a paisagem analisada da mata ao pasto.

Referências

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e Atores Sociais na Amazônia Contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel. **Amazônia Região Universal e Teatro do Mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

CARDOSO, FH; and MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**[online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73 1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

COSTA, Francisco de Assis. **Grande empresa e agricultura na Amazônia**: dois momentos, dois fracassos; Paper do NAEA 094, Junho de 1998 ISSN 15169111.

_____. **Políticas Públicas e Dinâmica Agrária na Amazônia**: Dos Incentivos Fiscais ao FNO, Um Capítulo De História Econômico-Social Contemporânea. Paper do NAEA 145, Maio de 2000.

_____. **Formação Agropecuária da Amazônia**: Os desafios do Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA. NAEA, 2000 b.

GOMES, Gustavo Maia; VERGOLINO, José Raimundo. **Trenta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)**. IPEA, 1997.

IANNI, Ocatvio. **Ditadura e Agricultura**. Editora Civilização Brasileira S.A. 1979.

NAHUM, João Santos. Região e Representação: **A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento**. REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796. Vol. XVII, nº 985, 25 de julho de 2012 .

QUINTSLR, Suyá. BOHRER, Cláudio Belmonte de Athayde. IRVING, Marta de Azevedo. **Políticas Públicas para a Amazônia: Práticas e Representações em Disputa**. Revista de Desenvolvimento Econômico; v13, n 23 de 2011.

ROCHA, José Carlos; **Dialogo Entre as Categorias da Geografia, Espaço, Território e Paisagem**/ Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 26 p. 128 – 142, Jun/2008 .

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA.